

A ESCOLA E AS DIFERENÇAS SEXUAIS *

FÚLVIA ROSEMBERG **

RESUMO

Como etapa preliminar de pesquisa sobre os modelos de papéis sexuais veiculados pela escola, fez-se uma análise das diferenças de escolaridade entre os sexos. Os dados analisados são referentes ao Brasil e ao Estado de São Paulo para a década de 70, coletados por diversas instituições (IBGE, SEEC-MEC, Departamentos de Estatística, etc.). A população escolar e escolarizada foi estudada através dos seguintes itens: 1) Alfabetização; 2) População escolarizada; 3) Rendimento escolar; 3.1) conclusões de curso; 3.2) aprovação e reprovação; 3.3) atraso de escolaridade. A análise dos dados permitiu chegar-se às seguintes conclusões: 1) A população feminina apresenta índice de escolaridade inferior à população masculina (alfabetização, taxa de escolaridade): 1.1) a diferença entre homens e mulheres tende a diminuir através dos anos (comparação intercensal); 1.2) a diferença entre homens e mulheres tende a diminuir para as coortes mais jovens (comparação intracensal); 2) A população feminina apresenta melhor rendimento escolar; 2.1) menor taxa de reprovação; 2.2) maior taxa de conclusões de curso; 2.3) maior concordância entre a série escolar freqüentada e a idade.

SUMMARY

The present study is part of a large research project on patterns of sex-roles transmitted by schools. Differences in male and female schooling are analysed, according to data collected by various government institutions on and after 1970, for Brazil's and the state of São Paulo's population. Both the population that has attended school and the one presently enrolled are included in the study.

Data analysis refer to: 1) literacy; 2) enrolled population; 3) school achievement; 3.1) graduation; 3.2) failure and success; 3.3) educational lag. The following conclusion are draw: 1) female population is inferior to the male population in literacy and schooling; 1.1) differences between the two populations get smaller from year to year (inter-Census comparison); 1.2) differences between the two populations are lower in the younger groups (intra-Census comparison); 2) The female population shows a better school performance; 2) lower rate of failure; 2.2) higher rate of graduation; 2.3) higher proportion of students attending each grade at the appropriate age.

* Comunicação apresentada na XXVII Reunião Anual da SBPC, Belo Horizonte, julho de 1975.

** Do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas.

INTRODUÇÃO

A literatura educacional estrangeira, impulsionada em parte pelos movimentos de libertação da mulher, vem analisando a discriminação sexual imposta pelo sistema escolar.

A educação formal está sendo minuciosamente vasculhada e a presença de viés sexual é denunciada em diferentes níveis da instituição escolar, como por exemplo: no acesso à educação (Chabaud, 1970), na montagem do currículo (Saario et al., 1973), na orientação escolar e profissional (Boring, 1973; Denebrink, 1973), na relação professor-aluno (Sears e Feldman, 1966), nos livros e manuais (França, 1975) e mesmo na reflexão teórica sobre educação (Liliane, 1974).

No Brasil, tais estudos são raros. A própria variável sexo nem sempre é controlada na descrição de grupos e populações escolarizadas, fato este que confere um caráter excepcional aos trabalhos de Rosamilha (1965), Gouveia e Havighurst (1969), Pastore (1971), Lewin (1974), Barroso e Mello (1975) e Miranda (1975).

Esta carência da pesquisa educacional brasileira impõe ao pesquisador interessado no estudo da socialização de papéis sexuais, uma trajetória alongada: antes de atuar no domínio de sua especialidade, deve buscar e analisar dados populacionais, desviando-se, provisoriamente, do território de sua competência. Este artigo constitui uma etapa desviante, mas necessária, de um projeto sobre modelos de papéis sexuais.

OBJETIVO

A literatura estrangeira, sobretudo norte-americana, tem indicado que a escola primária privilegia alunos de sexo feminino, propiciando-lhes melhores resultados escolares. Assim, as meninas apresentariam menor taxa de evasão escolar (Billier,

1973), de reprovação (Henderson et al., 1971) e de problemas de aprendizagem (Bentzen, 1963). Paralelamente, as meninas obteriam, também, melhores resultados em testes de realização escolar (Stroud e Lindquist, 1942) e em provas tradicionais (Arnold, 1968).

A luz destes resultados, procurei verificar como se comportam populações de estudantes brasileiros, de sexo masculino e feminino, diante de alguns índices de escolaridade: alfabetização, matrícula, conclusão de curso e aprovação.

PROCEDIMENTO

Os índices foram calculados a partir de dados coletados e divulgados por organismos oficiais: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), Serviço de Estatística da Educação e Cultura (SEC-MEC) e Departamento de Estatística da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo.

Os dados referem-se, na medida do possível, ao estado da população brasileira e paulista em 1970, com exceção daqueles utilizados em análises retrospectivas. Neste sentido, a nomenclatura escolar empregada é a vigente no período anterior à reforma do ensino (Lei n.º 5.692/71).

RESULTADOS

Alfabetização (Tabela 1)

Em todas as épocas consideradas, o número de homens brasileiros alfabetizados é maior que o número de mulheres alfabetizadas, mas a evolução de 1940 para 1970 indica que esta diferença vem diminuindo gradativamente.

A análise relativa aos grupos etários faz aparecer duas tendências importantes:

TABELA 1 — PESSOAS QUE SABEM LER E ESCREVER: BRASIL

Taxa: pessoas que sabem ler e escrever/população do grupo etário considerado.

Grupo de idade	TAXA							
	1940		1950		1960		1970	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
5 anos e +	42,3	34,1	46,0	39,3	56,1	51,0	63,2	59,4
10 anos e +	48,2	38,0	56,6	44,2	64,0	57,3	70,3	65,7
15 anos e +	50,2	37,5	54,7	44,1	64,9	56,2	70,0	63,8
5 — 9 anos	13,5	14,1	12,6	13,5	19,3	20,2	29,1	30,6
10 — 14 anos	39,3	40,3	42,8	44,7	60,0	62,3	71,3	74,5
15 — 19 anos	46,2	44,5	52,7	52,8	65,8	67,3	75,6	78,4
20 — 29 anos	51,2	41,0	57,4	49,4	69,2	63,2	75,0	73,1
30 — 39 anos	54,0	36,7	57,1	43,4	67,9	57,1	72,5	68,5
40 — 49 anos	50,8	31,8	54,8	37,4	62,4	48,6	67,5	56,5
50 anos e + e Idade ignorada	46,6	28,1	49,0	30,7	56,3	38,4	59,0	43,9

FONTE: Censo Demográfico.

1. Para os grupos mais jovens (5 a 14 anos), desde 1940, a taxa de alfabetização feminina é superior à masculina: a partir de 15 anos observa-se uma inversão da situação, com superioridade masculina persistente. A maior participação feminina na população alfabetizada de certos grupos etários (10-14, 15-19 e 20-24 anos) foi interpretada por Lewin (1974) como "correspondendo à composição por sexo da população brasileira que apresenta preponderância feminina" (p. 3). Com efeito, os grupos de 15 a 24 anos apresentam, no Brasil, a menor taxa de masculinidade. Mas as porcentagens contidas na Tabela 1 referem-se à

taxa de alfabetização para cada sexo, ocorrendo, portanto, o controle da dimensão do grupo etário.

O que parece mais interessante, e desafiando explicações, é o fato de que a superioridade feminina apontada se mantém constante para os grupos de 5 a 14 anos, não se estendendo para as faixas etárias sucessivas (20 anos em diante) nos recenseamentos seguintes (comparação inter-censal).

2. Observa-se, igualmente, que a taxa de alfabetização masculina é superior à feminina nos grupos etários mais idosos (comparação intra-censal) mas que a diferença entre homens e

TABELA 2 — PESSOAS QUE ESTUDAM: 1970

Taxa: Pessoas que estudam/população do grupo etário considerado.

Grupo de idade	BRASIL				SÃO PAULO			
	Homens	Taxa	Mulheres	Taxa	Homens	Taxa	Mulheres	Taxa
5 — 9	2.957.081	43,5	2.970.333	44,6	605.605	52,8	591.761	53,0
10 — 14	4.169.713	70,3	4.069.943	68,7	870.254	83,2	802.030	81,4
15 — 19	1.933.775	38,7	1.863.384	35,4	414.113	44,9	363.279	42,1
20 — 24	713.127	17,7	582.294	13,7	189.528	22,5	130.076	15,6
25 — 29	218.281	6,9	158.352	4,7	62.936	9,1	36.931	5,4
30 — 34	94.293	3,4	73.608	2,6	27.223	4,4	18.422	3,0
35 e +	107.322	0,9	92.558	0,8	30.736	1,2	24.714	1,0
Total	10.201.529	25,9	9.814.190	24,6	2.202.841	28,1	1.968.141	25,3

FONTE: Censo Demográfico.

mulheres diminui ao longo dos recenseamentos sucessivos (comparação inter-censal).

Taxa de escolaridade (Tabelas 2, 3 e 4)

Em 1970, a população masculina freqüentando escola era superior à feminina, tanto em números absolutos quanto proporcionais a cada grupo sexual¹.

O detalhamento da população de estudantes, por grupo etário (Tabela 2) e por grau de escolaridade (Tabelas 3 e 4), evidencia a presença de tendências bastante interessantes:

1. No grupo etário mais jovem (5 a 9 anos, Tabela 2) a taxa de escolaridade das mulheres é superior à dos homens, fenômeno semelhante ao que havia sido notado a respeito da alfabetização (Tabela 1).

TABELA 3 — GRAU DE INSTRUÇÃO DOS ESTUDANTES: 1970

Taxa de participação feminina: mulheres freqüentando a série/estudantes freqüentando a série

Série freqüentada	Taxa de participação feminina	
	Brasil	São Paulo
1ª	48,4	48,2
2ª	49,2	48,2
3ª	49,7	48,2
4ª	49,9	48,5
5ª e 6ª	49,1	46,6
ADM.	49,0	46,9
1ª	49,9	47,5
2ª	48,9	47,0
3ª	50,0	49,1
4ª	50,8	50,0
1ª	49,1	47,0
2ª	51,0	49,0
3ª	52,4	50,6
VEST.	36,4	35,8
1ª	48,6	48,1
2ª	40,7	40,7
3ª	37,5	37,1
4ª	35,4	34,9
5ª e 6ª	27,1	27,6

FONTE: Censo Demográfico.

1. Estes resultados parecem estar em contradição com a análise de Costa (1974) referente aos dados da PNAD, quando conclui sobre a superioridade da participação feminina na taxa de escolaridade. Convém lembrar que esta maior participação feminina é apenas efetiva para a população fora da força de trabalho (Pesquisa nacional por amostra de domicílios, 1972, p. XIX).

TABELA 4 — MATRÍCULAS INICIAIS: 1970

Taxa de participação feminina: mulheres matriculadas/total de pessoas matriculadas.

Curso	Taxa de participação feminina	
	Brasil	São Paulo
Primário	46,5 (1)	48,2 (1)
Médio — 1º ciclo	49,8 (2)	47,8 (1)
Médio — 2º ciclo	52,5 (2)	50,6 (1)
Superior	37,6 (1)	35,6 (1)
Pós-Graduado	—	23,8 (1)

FONTES: (1) Estatísticas da Educação Nacional.
(2) Anuários Estatísticos.

2. A taxa de participação feminina aumenta progressivamente da primeira para a última série nos cursos primário e médio, sendo esta tendência mais acentuada no Território Nacional que no Estado de São Paulo (Tabela 3). Este aumento progressivo é especialmente característico do 2.º ciclo médio, onde a taxa de participação feminina passa, no Território Nacional, de 49,1 (1ª série) para 52,4 (3ª série). Paralelamente, a partir do 1.º ciclo médio, a proporção de mulheres diminui no início de cada curso mais avançado. A associação desses dois fenômenos parece sugerir que a evasão escolar masculina e feminina se efetua em momentos diferentes: os homens desistiriam durante os cursos e as mulheres enfrentariam barreiras no acesso a cursos mais avançados. Esta tendência aparece também claramente no momento de passagem da 3ª série do 2.º ciclo médio para a 1ª série do ensino superior (Tabela 3).

O aumento progressivo da participação feminina na taxa de escolaridade, ao longo das séries escolares mais avançadas, pode ser parcialmente explicado por diferenças nos padrões de rendimento escolar. Com efeito, a taxa de aprovação masculina sendo inferior à feminina pode provocar maior concentração de meninos e rapazes nas séries iniciais e de meninas e moças nas séries terminais (ver Tabelas 7, 8, 9 e 10).

Durante os anos de escolaridade superior observa-se, porém, uma tendência oposta: a taxa de participação feminina é maior durante os primeiros anos que por ocasião das séries terminais. Esta situação pode ser explicada pelo caráter recente do acesso de mulheres ao ensino superior.

3. A menor taxa de escolaridade feminina é encontrada na categoria "vestibular", devendo ser entendida como curso preparatório ao exame ves-

tibular (Tabela 3). Se um número menor de mulheres que de homens encontra-se nesta etapa transitória, e um número aproximadamente igual frequenta o 1.º ano universitário, pode-se provavelmente atribuir este fato à convergência de dois fatores: maior sucesso de mulheres no exame vestibular em função da escolha de cursos mais fáceis (Barroso e Mello, 1973 e 1975).

Concluindo: se a taxa de escolaridade feminina no Brasil e no Estado de São Paulo é inferior à masculina, a pirâmide educacional não é porém homogênea, apresentando dois ápices: um feminino, que iria da escola primária ao 2.º ciclo médio, o outro, masculino, correspondendo ao ensino superior.

Conclusão de cursos (Tabelas 5 e 6)

A distribuição sexual da população portadora de diploma favorece o grupo feminino (Tabela 5). Como Cruz (1967) e Lewin (1974) já indicaram, as mulheres tendem a completar, mais que os homens, os cursos que iniciam. A taxa de participação feminina no grupo "portadores de diploma do ensino superior" é parcialmente mascarada pela procura relativamente recente da universidade por mulheres.

TABELA 5 — PESSOAS TENDO CONCLUÍDO CURSOS: BRASIL

Taxa de Participação Feminina: mulheres tendo concluído cursos/total de pessoas tendo concluído cursos.

Cursos	Taxa de participação feminina		
	1940	1950	1970
Elementar	49,8	49,8	50,0
Médio	48,1	49,8	51,4
Superior	9,1	8,7	34,4

FONTE: Estatísticas da Educação Nacional.

A Tabela 6 permite apreender, de modo mais seguro, a taxa de conclusão de cursos para cada sexo, através de cortes transversais (relação entre conclusão de curso e matrícula inicial).

Observa-se pois, tanto durante os anos de escolaridade primária quanto média e superior, que as mulheres, iniciando um curso, tendem mais frequentemente que os homens, a completá-lo.

Aprovação escolar (Tabelas 7, 8, 9 e 10)

Os dados relativos à aprovação escolar não foram sistematicamente divulgados para 1970. Por esta razão, o processo de cálculo constando das Ta-

TABELA 6 — CONCLUSÕES DE CURSO: SÃO PAULO, 1970

Taxa: conclusões em 1970/matricula inicial em 1970.

Curso	Homens	Taxa	Mulheres	Taxa
Primário	209.592	18,0	199.839	18,5
1.º Ciclo M	55.859	11,3	59.091	13,1
2.º Ciclo M	29.359	21,2	35.226	24,8
Universitário	9.923	10,8	6.557	13,0

FONTES: 1) Matrícula início do ano: Anuário Estatístico.

2) Conclusões:

Médio: Anuário Estatístico.

Primário: Sinopse Estatística do Ensino Primário.

Superior: Ensino Superior, Departamento de Estatística, Secretaria de Economia e Planejamento de São Paulo.

TABELA 7 — APROVAÇÃO, ENSINO PRIMARIO

	TAXAS	
	Brasil 1969	São Paulo 1970
Homens	64,4	88,9
Mulheres	67,5	90,7

BRASIL

Fonte: S.E.E.C. — MEC.

Taxa de aprovação: Pessoas aprovadas/total de matrículas no início do ano.

SÃO PAULO

Fonte: Departamento Estatístico, Secretaria da Economia e Planejamento.

Taxa de aprovação: Pessoas aprovadas/total de matrículas no fim do ano.

TABELA 8 — APROVAÇÃO, ENSINO MÉDIO, 1970

Taxa: Aprovações 1970/matricula inicial 1970.

Ciclo	Brasil		São Paulo	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1.º Ciclo	72,1	78,3	71,2	77,4
2.º Ciclo	75,2	85,2	79,9	81,3

FONTE: Anuário Estatístico.

belas 7 e 8, não foi totalmente homogêneo. Deve-se ainda lembrar que o Estado de São Paulo adotou em 1970 a promoção automática, acarretando uma elevação nítida na taxa de aprovação escolar.

As Tabelas 7 e 8 indicam, para os três níveis considerados (primário, 1.º e 2.º ciclos médio), que a taxa de aprovação masculina é inferior à feminina.

TABELA 9 — NORMALIDADE E PRECOCIDADE ESCOLAR. RELAÇÃO ENTRE IDADE E SÉRIE FREQUENTADA: 1970

Taxa: pessoas que frequentam a série correspondente ou superior a seu grupo etário/pessoas do grupo etário que estudam.

Idades	Série	Brasil		São Paulo	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
8	2ª E	52,6	55,1	67,6	70,0
9	3ª E	40,1	43,4	56,5	60,1
10	4ª E	27,8	31,3	44,4	49,1
14 — 15	4ª M 1º	10,8	14,2	19,7	27,0
17 — 18	3ª M 2º	9,6	12,9	14,7	20,1

FONTE: Censo Demográfico.

TABELA 10 — TAXA DE APROVAÇÃO NO 2.º CICLO MÉDIO; POR CURSOS E TIPO DE ESTABELECIMENTO. BRASIL, 1970.

Taxa de aprovação: Aprovações/matricula inicial.

Tipo de Estabelecimento	Curso					
	Normal		Outros		Total	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Público	57%	89%	71%	78%	70%	82%
Particular	79%	91%	80%	93%	80%	92%
Total	63%	90%	75%	83%	75%	85%

FONTE: Anuário Estatístico.

A inferioridade masculina é mais acentuada para a população brasileira frequentando o 2.º ciclo médio (Tabela 8).

A Tabela 9 traduz em termos de idade esta diferença. Nela foi calculada, para cada série, a porcentagem de alunos em idade "ideal", isto é, aqueles que frequentam a série esperada para seu grupo etário. Por estes dados pode-se constatar que a maioria dos estudantes brasileiros e paulistas apresenta "retardo" de escolaridade a partir de 9-10 anos e que o retardo escolar masculino é mais acentuado que o feminino.

A grande diferença na taxa de aprovação entre homens e mulheres no 2.º ciclo médio exige uma análise em maior profundidade. A existência do curso Normal, como carreira tipicamente feminina² pode mascarar os índices obtidos.

2 A taxa de participação feminina (matricula inicial) nos diferentes ramos do 2º ciclo médio, era, segundo o Anuário Estatístico e para o Território Nacional:

todos os cursos do 2º ciclo médio	51%
curso Normal	91%
outros cursos do 2º ciclo médio	37%

Foram, então, calculadas as taxas de aprovação masculinas e femininas no 2.º ciclo médio segundo os ramos de ensino e o tipo de estabelecimento (Tabela 10).

Os dados encontrados indicam:

1. que os moços obtêm maior taxa de aprovação tanto no ensino público quanto particular³;
2. que os melhores resultados das moças se manifestam tanto no ensino Normal quanto nos outros ramos de ensino;
3. que estes melhores resultados são mais acentuados no ensino Normal.

3 Seria conveniente lembrar a taxa de participação feminina na matrícula inicial do 2º ciclo médio, de acordo com o ramo de ensino e a entidade mantenedora (Brasil, 1970. Fonte: Anuário Estatístico):

Tipo de estabelecimento	Cursos		
	Normal	Outros	Todos os cursos
Público	88%	41%	53%
Particular	95%	31%	48%
Total	91%	37%	51%

CONCLUSÕES

Os dados estudados parecem indicar duas tendências na escolaridade de mulheres e de homens brasileiros:

- 1^a) taxa de escolaridade masculina globalmente superior à feminina, não sendo porém homogênea através das várias etapas do ensino (principalmente por volta do 2.º ciclo médio);
- 2^a) rendimento escolar feminino superior ao masculino através dos três índices estudados (conclusão de curso, aprovação escolar, adequação entre idade do aluno e série freqüentada).

Esta segunda característica da população estudantil brasileira estimula a reflexão. Por qual razão meninas e moças se saíam melhor na escola que meninos e rapazes? Como ajustar este maior sucesso escolar ao menor sucesso profissional feminino?

As hipóteses levantadas por pesquisadores referem-se tanto a processos inerentes quanto exteriores ao sistema escolar. Por exemplo, a participação precoce do rapaz na força de trabalho foi razão evocada por Gouveia e Havighurst (1969, cap. V e VI), na tentativa de explicação da diferença de idade entre homens e mulheres freqüentando o ensino médio.

Lewin (1974) conclui analogamente quando analisa a distribuição das populações feminina e masculina segundo as regiões fisiográficas brasileiras. Segundo esta autora, a predominância de mulheres portadoras de diploma nas áreas mais atrasadas do país seria decorrente da persistência de atitudes tradicionais onde a "instrução está dissociada da produção e do trabalho, ao mesmo tempo que estas atividades são pensadas associadas ao sexo masculino" (p. 12).

As hipóteses inerentes ao sistema escolar, e mais freqüentemente evocadas na análise do sucesso feminino na escola primária, baseiam-se na composição sexual do corpo docente: nos países em que o corpo docente da escola elementar é majoritariamente masculino (por exemplo, no Japão e na Alemanha) as meninas não obtêm melhores resultados. Por esta hipótese, a relação entre resultados escolares e composição sexual do corpo docente seria mais uma forma de manifestação da "autofilia sexual", já descrita em vários aspectos do relacionamento intra e inter-sexual⁴. As professoras tenderiam, então, a proteger as meninas, e às vezes de forma tão homo-

gênea, que permitiu Sexton (apud Biller, 1973) denominar a escola primária americana de "escola feminilizada".

No Brasil, porém, esta hipótese, enquanto baseada na composição sexual do corpo docente, parece não se manter, sobretudo no que se refere ao 2.º ciclo do ensino médio, onde um melhor rendimento feminino coexiste com um corpo docente majoritariamente masculino⁵.

Esta linha de reflexões pode constituir-se, porém, em hipótese sugestiva e compatível com os índices brasileiros analisados, no seu aspecto referente ao clima psicológico vigente na escola, ao "protecionismo" feminino.

Os comportamentos mais freqüentemente aceitos e estimulados pela escola, são do tipo *passivo* (Kaplan, 1952; Meyer e Thompson, 1956; Feshbach, 1969; Biber, Miller e Dyer, 1972) condizendo tanto com expectativas de papéis e estereótipos femininos quanto com interações centradas no princípio de autoridade.

Se evidências empíricas diretas sobre o clima psicológico na escola brasileira inexistem, é possível depreender a partir do trabalho de Mello (1974) que a interação professor-aluno aqui privilegiada seria do tipo autoritário⁶. Neste contexto a escola exigiria preferencialmente de meninos e meninas e de rapazes e moças comportamentos submissos e passivos. Ao mesmo tempo, a menina é socializada, por agentes exteriores à escola (família, igreja, meios de comunicação, livros e manuais, etc.) a corresponder a este mesmo padrão: espera-se e estimula-se que ela seja submissa, e que aceite, em princípio, não apenas a autoridade do mais velho, quando criança, mas do homem, enquanto mulher. Sociedade e escola imporiam, à menina, um mesmo padrão de interação, sem atropelos.

O menino, ao contrário, viveria certo desaprumo: a escola e o mundo a lhe exigirem comportamentos diversos, passivo e combativo.

E os melhores resultados escolares equivaleriam à melhor resposta da menina a uma única expectativa social.

5 Para o Território Nacional, em 1970, a participação feminina no corpo docente do 2º ciclo médio atingiu a taxa de 46,8% (Fonte: Anuário Estatístico).

6 Na construção de seu instrumento para a avaliação da interação professor-aluno, percebe-se que as interações iniciadas por professores visando controlar positivamente o comportamento dos alunos obtiveram menor freqüência que as interações visando um controle negativo.

4 A expressão "autofilia sexual" foi introduzida por Germaine Wallon no seu livro *Les notions morales chez l'enfant*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARNOLD, Richard D. 1968. The achievement of boys and girls taught by men and women teachers. *The Elementary School Journal*, abril, 367-371.
- BARROSO, Carmen Lúcia de M. 1975. A participação da mulher no desenvolvimento científico brasileiro. *Ciência e Cultura*, 27 (6): 613-620.
- BARROSO, Carmen Lúcia de M. e MELLO, Guiomar N. de. 1973. Moças do Rio e São Paulo preferem as carreiras tipicamente femininas. *O Globo*, 31/12/1974, p. 7.
- BARROSO, Carmen Lúcia de M. e MELLO, Guiomar N. de. 1975. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, 15: 47-77.
- BENTZEN, Frances. 1963. Sex ratios in learning and behavior disorders. *American Journal of Orthopsychiatry*, 33 (1): 92-98.
- BIBER, Henry, MILLER, Louise B. e DYER, Jean L. 1972. *Feminization in preschool*. University of Louisville (mimeografado).
- BILLER, Henry B. 1973. Paternal and sex-role factors in cognitive and academic functioning. In: James K. Cole e Richard Dienstbier (ed.) *Nebraska Symposium on Motivation*, 1973. University of Nebraska Press, Lincoln.
- BORING, Phyllis Z. 1973. Sex stereotyping in educational guidance. In: National Education Association. *Sex Role Stereotyping in the Schools*. N. E. A., Washington.
- CHABAUD, Jacqueline. 1970. *Education et promotion de la femme*. UNESCO, Paris.
- COSTA, Rubens V. 1974. Crescem oportunidades para a mulher. *O Estado de São Paulo*, 23/07/1974, p. 51.
- CRUZ, Levy, 1967, Brazil. In: Raphael Patai (ed.) *Women in the Modern World*. Free Press, N. York.
- DENEBRINK, Joyce. 1973. Counseling for careers. In: National Education Association. *Non sexist education for survival*. N. E. A., Washington.
- FESHBACH, Norma D. 1969. Student teacher preferences for elementary school pupils varying in personality characteristics. *Journal of Educational Psychology*, 60 (2): 126-132.
- FRANÇA. INSTITUT NATIONAL DE RECHERCHE ET DE DOCUMENTATION PÉDAGOGIQUES. 1975. *Image de la femme dans les manuels scolaires*. Mimeografado, Paris.
- FUNDAÇÃO IBGE. 1972. *Anuário Estatístico do Brasil*. V. 33, Fundação IBGE — Instituto Brasileiro de Estatística, Rio de Janeiro.
- FUNDAÇÃO IBGE. 1973 a. *Censo Demográfico: São Paulo*. VIII Recenseamento Geral — 1970. Volume 1 — Tomo XVIII — 1ª Parte.
- FUNDAÇÃO IBGE. 1973 b. *Censo Demográfico: Brasil*. VIII Recenseamento Geral — 1970. Série Nacional, Volume 1.
- GOUEIA, Aparecida J. e HAVIGHURST, Robert. 1969. *Ensino Médio e desenvolvimento*. Edições Melhoramentos — Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- HENDERSON, Norman B., GOFFENEY, Barbara, Bruce V. e CLARKSON, Quentin D. 1971. Differential rates of schools promotion from first grade for white and negro, male and female 7-year olds. *Psychology in the schools*, 7 (2): 101-109.
- KAPLAN, Louis. 1952. The annoyances of elementary school teachers. *Journal of Educational Research*, 45 (may): 649-663.
- LEWIN, Helena. 1974. *Qualificação educacional da mão-de-obra brasileira*. IBGE, Rio de Janeiro.
- LILLIANE. 1974. L'école des femmes et le discours des sciences de l'homme. *Les temps modernes*, 333-334: 1781-1814.
- MELLO, Guiomar N. de. 1974. *Construção de um instrumento para avaliação da competência por meio da observação da interação professor-aluno*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- MEYER, William J. e THOMPSON, George G. 1956. Sex differences in the distribution of teacher approval and disapproval among sixth-grade children. *The Journal of Educational Psychology*. 47 (7): 385-396.
- MIRANDA, Glauro V. de. 1975. A educação da mulher brasileira e sua participação nas atividades econômicas em 1970. *Cadernos de Pesquisa* 15: 21-36.
- PASTORE, José. 1971. *O ensino superior em São Paulo: aspectos quantitativos e qualitativos de sua expansão*. Editora Nacional, Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. 1972. Fundação IBGE, Rio de Janeiro.
- ROSAMILHA, Nelson. 1965. O ensino primário complementar no município de São Paulo: contribuição para o planejamento e organização do prolongamento da escola primária básica. *Pesquisa e Planejamento*, 9: 91-209.
- SAARIO, Terry, JACKLIN, Carol K. e TITLE, Carol N. 1973. Sex role stereotyping in the public schools. *Harvard Educational Review*, 43 (3): 342-346.
- SEARS, Pauline S. e FELDMAN, David H. 1966. Teacher interactions with boys and with girls. *The National Elementary Principal*, 46 (2): 30-35.
- SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA. 1972. *Ensino Superior em São Paulo: 1971*. Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Economia e Planejamento, São Paulo.
- SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA. 1974. *Ensino Primário comum: 1971*. Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Economia e Planejamento, São Paulo.
- SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA. 1972a. *Sinopse do ensino médio: 1971*. SEEC-MEC, Rio de Janeiro.
- SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA. 1972b. *Sinopse estatística do ensino primário. 1971*. SEEC-MEC, Rio de Janeiro.
- STROUD, J. B. e LINDQUIST, E. F. 1942. Sex Differences in achievement in the elementary and secondary schools. *The Journal of Educational Psychology*, 33 (9): 657-667.
- WALLON, Germaine. 1948. *Les notions morales chez l'enfant*. P.U.F., Paris.

[Recebido para publicação em novembro de 1975]